

CONCLUSÃO

Ao se analisar a população do Estado de Santa Catarina, constata-se que, em 1996, sua taxa de urbanização (73%) ainda era inferior à nacional (78%). A menor taxa de urbanização do Estado (56%) é encontrada no oeste catarinense e reflete a importância da atividade agropecuária nesta porção do território estadual.

Segundo os dois últimos censos demográficos, o crescimento populacional do Estado tem sido ligeiramente superior ao do país. Adicionalmente, contrariando o que acontece com os demais estados da região Sul, o Estado de Santa Catarina teve saldo migratório positivo, sendo que os contingentes provenientes dos estados sulinos foram os mais expressivos. As taxas de crescimento da população rural catarinense, no entanto, revelaram-se negativas, de acordo com os dados dos dois últimos censos realizados. Além disso, a exemplo do que ocorre no resto do país, nota-se uma clara tendência de redução da população economicamente ativa agrícola e, conseqüentemente, de aumento da não-agrícola. Este dado sugere atenção na definição de políticas de educação profissional de médio e longo prazos para a área rural do Estado de Santa Catarina, uma vez que, em 1998, aproximadamente 30% da população rural economicamente ativa estava engajada em ocupações não-agrícolas.

Com relação ao perfil educacional da população catarinense, percebe-se que é bastante semelhante ao dos demais estados da região Sul do país, o que vale dizer que é sensivelmente melhor do que a média nacional.

Assim, em 1991, as taxas de analfabetismo da população urbana de Santa Catarina nas faixas etárias de 11 a 14 anos (3%), de 15 a 19 anos (4%) e de 15 a 24 anos (4%) eram bem inferiores às verificadas para o país (16%, 12% e 12%, respectivamente).

A taxa líquida de escolarização, que expressa a relação entre o número de alunos na faixa etária adequada matriculados em determinado nível de ensino e a população nesta mesma faixa etária, foi de 42% para a educação infantil, de 93% para o ensino fundamental e de 23% para o ensino médio, em 1991. Estas taxas atestam, mais uma vez, a proximidade do perfil educacional da

população de Santa Catarina àquele verificado para os demais estados da região Sul, bem como revelam taxas líquidas de escolarização sensivelmente melhores do que as nacionais.

Deve-se destacar a importância da participação histórica da rede municipal na expansão da oferta do ensino fundamental no Estado de Santa Catarina, particularmente em sua zona rural, onde chegou a se concentrar a maior parte da população do Estado, e que não era atendida pela rede estadual, presente apenas nas localidades mais populosas.

Inicialmente oferecida em escolas multisseriadas e restrita às quatro primeiras séries do atual ensino fundamental, esta iniciativa contribuiu sobremaneira, já antes da década de 80, para que o perfil educacional da população catarinense alcançasse os patamares apresentados hoje.

No entanto, é na oferta de ensino médio que se encontram os piores indicadores do quadro educacional no Estado de Santa Catarina, pois o aumento tanto do número de matrículas quanto de concluintes indica que a situação do Estado está aquém do desempenho observado para os demais estados da região Sul e mesmo para o conjunto do país. A taxa de escolarização no ensino médio (44%), observada em 1998 em Santa Catarina, ainda baixa, indica uma demanda expressiva por este nível de ensino.

O planejamento e a oferta de educação profissional no Estado de Santa Catarina devem considerar as particularidades do perfil educacional de sua população, dentre as quais se destacam a universalização do ensino fundamental e a atual dificuldade de acesso de uma parcela significativa dos estudantes ao ensino médio.

Ao se planejar a oferta de educação profissional no Estado de Santa Catarina, deve ser considerada a diversidade das características socioeconômicas das diferentes regiões do Estado.

A atividade econômica do Estado é bastante diversificada e desenvolvida para cada um de seus três setores. Assim, na indústria, destacam-se os segmentos de alimentos e bebidas, têxtil e de confecções, metal-mecânico e de móveis. Na agropecuária, o Estado de Santa Catarina lidera a produção nacional de alho, maçã, mel, cebola e suínos, sendo importantes ainda a

criação de trutas e as lavouras de fumo, arroz, banana, batata, feijão, milho e gengibre. No setor de serviços, além das atividades tradicionais como saúde e transportes, destacam-se aquelas vinculadas aos setores mais dinâmicos da economia, como telecomunicações e informática.

A atividade portuária, também importante, responde a uma das características da economia catarinense: sua vocação para a exportação tanto para outros estados quanto para o exterior. A pauta da produção voltada à exportação, no Estado de Santa Catarina, reflete a diversidade de sua economia, incluindo desde motores elétricos, compressores e tecidos, até produtos agrícolas e pecuários, aos quais se agregou valor, como é o caso das bananas, dos frangos e dos suínos, que são industrializados no próprio Estado.

A Grande Florianópolis, que inclui a capital do Estado, não é a região de maior expressão econômica de Santa Catarina. Nesta área, embora estejam concentradas as atividades de administração, turismo e lazer, encontra-se apenas pequena parte de algumas das atividades industriais mais expressivas do Estado, tais como cerâmica, plásticos, têxtil e confecção e alimentos e bebidas. O pólo industrial mais importante do Estado localiza-se na grande região que integra o Vale do Itajaí e Joinville, sendo que a indústria têxtil e de confecções concentra-se em Blumenau, cidade mais importante do Vale do Rio Itajaí, e a metal-mecânica em Joinville. Nessa região também existe, atualmente, um núcleo de telecomunicações e de informática, apesar das perspectivas de descentralização dessas atividades em função dos pólos tecnológicos que estão sendo implantados na Região do Vale do Itajaí e Joinville.

A agropecuária é a atividade econômica de Santa Catarina atualmente mais vinculada à especificidade histórica da ocupação do território do Estado. Com um dos mais baixos índices de concentração fundiária do país, pode-se dizer que a agropecuária catarinense é, ainda hoje, composta por um grande número de pequenas unidades modernas e mecanizadas e que, eventualmente, beneficiam parte de sua produção em suas próprias instalações, agregando, assim, valor aos seus produtos. Estas propriedades ainda são majoritariamente administradas pelos próprios donos.

No entanto, por ser a estrutura fundiária catarinense marcada pela pequena propriedade, parte do setor vive atualmente as dificuldades inerentes aos processos sucessórios que envolvem como heranças glebas de terras que, depois de serem divididas, revelam-se inviáveis como empreendimentos econômicos modernos.

Com relação ao atual estágio de desenvolvimento das agroindústrias do complexo da carne (aves e suínos), que têm expressividade no panorama econômico do Estado, nota-se que alguns dos produtores rurais que já haviam aderido ao processo de integração talvez não se disponham a aceitar agora as novas exigências das indústrias, que preconizam, dentre outras medidas, investimentos em infra-estrutura e tecnologia, tendo em vista o aumento da produção e da produtividade. Assim, parte destes produtores poderá vir a se dedicar a outras atividades, como é o caso da produção de leite, do reflorestamento ou do turismo rural.

Contudo, parte da produção agropecuária do Estado de Santa Catarina destaca-se por diferenciais competitivos que têm sido progressivamente valorizados pelos consumidores, o que coloca alguns produtos em posição de vantagem em relação a seus concorrentes, como é o caso da banana-passa sem resíduos orgânicos e do arroz sem agrotóxicos.

Cabe destacar, ainda, que a integração entre as instituições de educação profissional rurais e os produtores no Estado de Santa Catarina é anterior ao advento do Proep, o que as coloca na posição privilegiada de poder formular suas ações com amplo conhecimento da região na qual estão instaladas.

Quando analisados os dados primários que resultaram diretamente da visita dos pesquisadores da Paer às empresas industriais e de prestação de serviços do Estado de Santa Catarina, detectou-se a importância dada pelos empregadores a uma série de quesitos que interessam diretamente a todos aqueles que planejam e ofertam educação profissional.

Com relação à distribuição dos assalariados entre aqueles que são diretamente ligados à produção e aqueles que não são ligados à produção, nas unidades locais pesquisadas no Estado de Santa Catarina, constatou-se que a

maior parte dos trabalhadores (87% dos industriários e 72,9% daqueles alocados no setor de serviços) é vinculada à atividade principal.

O que se constata é que uma parcela ainda relativamente elevada dos trabalhadores (11% dos contratados pelas indústrias e 19,3% dos engajados nos serviços) presta as mais diferentes formas de apoio à atividade principal das unidades pesquisadas, dentre as quais se destaca o apoio administrativo. Assim, é relevante que as instituições de educação profissional, ao definirem as áreas profissionais para as quais vão planejar e desenvolver cursos, incluam a de gestão, uma vez que os egressos de tais cursos poderão vir a se engajar profissionalmente na prestação de apoio administrativo às empresas de qualquer um dos setores da economia mencionados anteriormente.

Na área de recursos humanos, foram pesquisados vários indicadores específicos e que são importantes no planejamento e na oferta de educação profissional. Um deles, que diz respeito ao nível de escolaridade exigido pelas empresas para a contratação de seus funcionários, é essencial para se desenhar os currículos de educação profissional, que deverão basear-se nas competências desenvolvidas na educação básica, seja no ensino fundamental, seja no ensino médio.

Ao se examinarem os níveis de escolaridade exigidos para contratação, dividindo-se os postos de trabalho entre os ligados à atividade principal e os administrativos, constata-se, no Estado de Santa Catarina, que as exigências de escolaridade para os candidatos às vagas na área administrativa, na categoria de qualificação básica, são sensivelmente superiores às exigidas dos candidatos ligados à atividade principal, nas categorias de qualificação ocupacional de semiquualificados e qualificados; o comportamento desta variável é o mesmo tanto para a indústria quanto para a prestação de serviços.

Tal fenômeno se explica pela percepção que o próprio mercado de trabalho tem de que as competências profissionais relacionadas às atividades de apoio administrativo estão estreitamente relacionadas aos objetivos da educação básica, particularmente do ensino médio, que, não por acaso, é justamente o nível de escolaridade mais exigido dos candidatos a emprego da categoria de qualificação ocupacional administrativo básico. Reiterando-se o que foi dito

anteriormente sobre a importante participação dos trabalhadores não ligados à atividade principal no total do pessoal ocupado nas unidades pesquisadas no Estado de Santa Catarina, sugere-se que, ao serem programadas as ações de educação profissional para qualificar os trabalhadores que prestarão apoio administrativo, sejam ponderados criteriosamente os pré-requisitos de escolaridade definidos para os programas a serem ofertados, de maneira a adequá-los também aos pré-requisitos praticados pelo mercado de trabalho.

Outra variável investigada pela Paer diz respeito às exigências feitas pelos empregadores com relação a cursos profissionalizantes, no momento da contratação de novos funcionários.

Aqui, diferentemente do que ocorreu com relação à escolaridade, as exigências por cursos profissionalizantes variam conforme a categoria de qualificação profissional examinada, tanto para a indústria quanto para os serviços.

Para qualquer um dos dois setores examinados, entre os trabalhadores semiquualificados e qualificados ligados à atividade principal, são privilegiados os cursos de nível básico; entre os técnicos de nível médio, são preferidas as habilitações técnicas de nível médio, o que é absolutamente coerente; e, para os profissionais de nível superior, há uma maciça preferência pelos cursos de curta duração (cursos livres).

Para os mesmos dois setores examinados, entre os trabalhadores de nível básico não ligados à atividade principal, para todas as categorias de qualificação profissional examinadas (básico, que corresponde, no que diz respeito à hierarquia ocupacional, ao trabalhador semiquualificado e qualificado ligado à atividade principal, técnico de nível médio e nível superior), a preferência recai sobre os cursos de curta duração (cursos livres).

Esta preferência dos empregadores pelos cursos de curta duração (cursos livres), no caso do pessoal não ligado à atividade principal, pode indicar que as instituições de educação profissional não oferecem, na modalidade nível básico, ensino profissionalizante com as características dos cursos livres de curta duração que estão, portanto, em sintonia com as expectativas dos empregadores.

Este pode ser um indicador precioso para que as instituições de educação profissional pensem em diversificar sua oferta de ensino profissionalizante no que diz respeito não apenas a seus títulos, mas também às suas modalidades, incorporando aos cursos de educação profissional de nível básico que podem vir a oferecer a qualquer momento, sem quaisquer tipos de restrições impostas pelos órgãos normativos, os elementos encontrados em alguns cursos profissionalizantes livres, ministrados por instituições idôneas.

A Paer investigou ainda a importância, na perspectiva dos empregadores, da participação de algumas rotinas de trabalho desenvolvidas pela maior parte dos empregados das várias categorias de qualificação ocupacional, tanto as ligadas à atividade principal quanto aquelas relacionadas ao apoio administrativo, quer na indústria, quer na prestação de serviços. Em seguida, solicitou-se que os empregadores se posicionassem com relação às mesmas atividades, agora entendidas como carências e que, na sua avaliação, comprometem o desempenho profissional da maior parte de seus empregados. As eventuais diferenças observadas entre as rotinas e as respectivas carências devem indicar o esforço de qualificação profissional a ser despendido para que o desempenho dos trabalhadores se aproxime mais das expectativas dos empregadores.

O uso de microcomputadores, como se supunha, revelou-se uma rotina bastante disseminada nos dois setores econômicos examinados, sobretudo entre as categorias de qualificação ocupacional mais elevadas. Destaca-se que a participação desta rotina é maior entre os trabalhadores não ligados à atividade principal do que entre seus colegas diretamente relacionados à atividade principal. Seu uso foi considerado também uma rotina importante entre a maior parte dos técnicos de nível médio e tem até alguma expressividade entre os trabalhadores qualificados.

Este dado aponta para a necessidade de se incluir a informática como componente curricular de todas as modalidades de educação profissional e não apenas nos cursos de habilitação profissional. É preciso também incluí-la nos cursos de qualificação profissional e até naqueles de educação profissional de nível básico. Finalmente, deve-se dar especial importância à participação deste componente nos currículos de educação profissional voltados à

formação dos trabalhadores que oferecem suporte administrativo à atividade principal, pois foi justamente neste grupo que esta rotina se revelou mais importante.

É interessante assinalar que, como carência, a pesquisa evidenciou que a falta de conhecimento de informática afeta mais as categorias de maior qualificação, tanto para o pessoal ligado quanto para o não-ligado à atividade principal, na indústria e na prestação de serviços, exceção feita ao pessoal não ligado à atividade principal de nível superior, nos dois setores econômicos examinados. Este dado pode indicar, ao mesmo tempo, que as expectativas dos empregadores com relação à desenvoltura que esperam de seus empregados mais qualificados no uso de microcomputadores são maiores e que ainda não são adequadamente atendidas. Tal evidência sugere várias possibilidades de intervenção: tanto cabe introduzir o ensino de informática para a formação destes profissionais, quando ele ainda não for oferecido, quanto melhorá-lo, se ele já for ministrado. Cabe ainda investir na oferta de programas de treinamento de informática desenhados sob medida para este segmento de trabalhadores já engajados no mercado de trabalho, o que pode constituir-se em uma oportunidade privilegiada para que as instituições de educação profissional estreitem laços com o setor produtivo, com a presença, entre seus alunos, de parte dos quadros técnicos e administrativos das empresas.

A rotina que envolve o uso de língua estrangeira revelou-se relativamente pouco importante, com alguma expressão apenas na categoria de qualificação ocupacional que contém os profissionais de nível superior, sendo ligeiramente maior entre o pessoal não ligado à atividade principal.

Da mesma forma, a carência de noções básicas de língua estrangeira foi percebida pelos empregadores como relativamente pouco importante, embora sua incidência tenha sido maior nas categorias de qualificação ocupacional mais elevadas.

Os dados relativos às rotinas de trabalho que envolvem conhecimento técnico atualizado, quando cotejados com as informações sobre carência de conhecimentos específicos da ocupação, tanto para a indústria quanto para a

prestação de serviços, para o pessoal ligado e para o não ligado à atividade principal, apontam para indicadores importantes.

Afinal, se parece natural que as rotinas que envolvem conhecimentos técnicos atualizados sejam tanto mais importantes quanto maior for a categoria de qualificação ocupacional, o exame de sua contrapartida em termos de carência evidencia um grande descompasso entre as expectativas que os empregadores têm da força de trabalho e as reais condições destes mesmos trabalhadores em atender a tais expectativas, em todas as categorias de qualificação ocupacional, inclusive nas mais elevadas, embora com menor intensidade.

Tal desajustamento indica, no caso dos trabalhadores que passaram por algum tipo de qualificação profissional, que pelo menos parte das ações de educação profissional oferecidas não atendeu integralmente às necessidades dos empregadores, o que merece consideração por parte das instituições de ensino profissionalizante, que devem procurar adequar melhor sua oferta programática e o currículo de seus cursos às expectativas do setor produtivo.

O emprego de técnicas de qualidade, percebidas no Estado de Santa Catarina como rotinas de trabalho bastante disseminadas e que são mais freqüentes quanto mais elevada for a categoria de qualificação ocupacional, encontra-se distribuído pelas várias categorias de qualificação ocupacional, tanto naquelas ligadas à atividade principal como nas relacionadas ao apoio administrativo, dos dois setores econômicos estudados.

O exame desta variável aponta para a necessidade de se superar, ainda no plano da capacitação profissional, uma carência de caráter mais amplo e que diz respeito à dificuldade de se aprender novas habilidades e funções, o que prejudica sobretudo os trabalhadores das categorias de qualificação ocupacional inferiores, principalmente os ligados à atividade principal.

Além de procurar integrar este objetivo à sua proposta pedagógica, as instituições de educação profissional devem cuidar da questão concreta que envolve a incorporação de novos valores e práticas das forças produtivas aos seus programas, como é o caso da qualidade. Trata-se, assim, de dar à qualidade o tratamento de componente curricular essencial, de forma a

assegurar sua presença no perfil profissional dos egressos de todos os cursos oferecidos. É importante ressaltar que o conceito de qualidade, embora tenha sido gestado na cultura do ambiente industrial, vem sendo cada vez mais utilizado em outras atividades econômicas, como é o caso dos serviços, o que justifica sua introdução em todos os programas de educação profissional, quaisquer que sejam as áreas profissionais e as modalidades contempladas.

Há ainda um grupo de rotinas cuja frequência é bastante expressiva nos dois setores da economia estudados, tanto para os trabalhadores ligados quanto para os não ligados à atividade principal e cuja presença é tanto maior quanto mais elevada for a categoria de qualificação ocupacional examinada: redação básica e uso de matemática básica. As carências referentes a essas rotinas deveriam ser, supostamente, supridas pela educação básica, tanto no ensino fundamental como no médio.

A importância atribuída a estas duas rotinas, quando relacionadas à incidência relativamente elevada de suas carências, sobretudo nas categorias de qualificação ocupacional mais baixas, aponta para deficiências na educação básica, sobretudo no ensino fundamental, que comprometem o desempenho dos trabalhadores, prejudicando inclusive sua capacidade de desenvolver novas habilidades e funções. Tais carências poderiam ser eventualmente sanadas com programas instrumentais, focados na solução dos problemas profissionais mais frequentes.

Há ainda um outro grupo de três rotinas de trabalho (expressão e comunicação verbais, contato com clientes e trabalho em equipe) que, embora estejam presentes em todas as categorias de qualificação ocupacional, para os trabalhadores ligados e os não ligados à atividade principal, dos dois setores econômicos examinados, incidem sobremaneira nas categorias mais elevadas e caracterizam um conjunto de competências atitudinais imprescindíveis ao bom desempenho profissional que se espera dos trabalhadores nos dias de hoje. No caso específico dos trabalhadores com funções de supervisão, são particularmente importantes as competências relacionadas à expressão e comunicação verbais e ao trabalho em equipe.

Como seria de se esperar, a falta de habilidade para lidar com clientes, quando examinada para o setor de serviços, no caso específico do pessoal ligado à atividade principal, se revela bem mais expressiva do que para o setor industrial. Da mesma forma, para o setor industrial, esta mesma variável foi considerada mais importante entre o pessoal não ligado à atividade principal, mas que tem contato com clientes e fornecedores, do que para aqueles ligados à atividade principal.

Tais ocorrências são naturais uma vez que, no primeiro caso, uma das características do setor de serviços é justamente a de colocar face a face o profissional prestador de serviços com seu cliente. Assim mesmo, não se deve minimizar seu valor para os demais setores de atividade, pois parece estar crescendo a importância do conceito de *cliente interno* nas relações intra-institucionais.

Assim, as instituições de educação profissional devem zelar para que esta competência e as outras duas (expressão e comunicação verbais e trabalho em equipe) sejam desenvolvidas no âmbito de todos os programas que oferecem, inclusive numa perspectiva instrumental, ou seja, aplicadas a situações concretas de trabalho. No caso particular das duas últimas competências citadas, seu desenvolvimento deve ser assegurado, ao longo de todo o tempo de duração dos programas, a partir de estratégias de ensino que estimulem e valorizem, enquanto métodos de aprendizagem, o uso da linguagem oral e do trabalho em grupo.

Outra variável investigada, ainda na área dos recursos humanos, diz respeito aos instrumentos empregados pelas empresas na seleção dos candidatos às vagas disponíveis.

Constatou-se, nos dois setores estudados tanto para o pessoal ligado como para o não ligado à atividade principal, a importância maior de alguns instrumentos de seleção em detrimento de outros, destacando-se a entrevista com o contratante, a análise do currículo, os testes de conhecimentos práticos e as recomendações/indicações.

A importância atribuída à entrevista como instrumento de seleção aponta para a necessidade de que as instituições de educação profissional incorporem

a seus currículos atividades especificamente voltadas ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos adequados às situações de entrevista, de forma a melhorar as condições de absorção dos egressos de seus cursos pelo mercado de trabalho, sobretudo dos jovens sem experiência profissional.

Com relação aos currículos, o empregador deseja apreender, no fundo, em que medida sua análise permite avaliar a compatibilidade da experiência profissional do candidato com o perfil do cargo que ele pretende ocupar. Esta exigência, que constitui uma barreira quase intransponível para os jovens sem experiência profissional, mesmo quando qualificados, obterem seu primeiro emprego, aponta para a necessidade de que as instituições de educação profissional introduzam em seus currículos estratégias de ensino-aprendizagem que sejam percebidas pelos empresários como equivalentes a uma experiência profissional efetiva. Esta providência, além de aprimorar a formação prática dos alunos, contribui para melhorar a sua posição na disputa por uma vaga no mercado de trabalho.

Deve-se destacar, ainda, a precedência dos testes de conhecimentos práticos sobre os teóricos, nos dois setores analisados, tanto para o pessoal ligado quanto para o não ligado à atividade principal. É importante assinalar que, contrariamente ao que poderia se supor, os testes práticos são privilegiados em relação aos teóricos, até mesmo para as categorias de qualificação ocupacional mais elevadas. Este fenômeno parece revelar que os empregadores, sem desprezar a dimensão teórica de determinado saber profissional, estão interessados em avaliar, em última instância, em que medida os conhecimentos teóricos são apropriados pelos candidatos numa perspectiva que privilegie a prática profissional, qualquer que seja ela.

A Paer investigou, ainda, no Estado de Santa Catarina, a natureza das relações das empresas com as instituições de educação profissional. Dentre as várias modalidades de relacionamento sugeridas (recrutamento de egressos das escolas, contratação de serviços especializados das escolas, acolhimento de alunos em estágios, oferta de estágios nas empresas aos professores das escolas, participação dos professores das escolas em projetos das empresas, desenvolvimento de treinamento de funcionários das empresas nas escolas, participação das empresas na definição dos currículos das escolas, cessão de

equipamentos e insumos para uso das escolas e prestação de auxílio financeiro às escolas), destacaram-se apenas aquelas consideradas mais tradicionais, ou seja, as empresas cedendo suas instalações como campo de estágio para os alunos das escolas e recrutando profissionais dentre os egressos dos cursos oferecidos pelas escolas profissionalizantes.

A baixa participação das demais modalidades de relacionamento entre as instituições de educação profissional e o setor produtivo e o grande número de respostas que indicam que as empresas simplesmente não têm relacionamento com as escolas profissionalizantes parecem apontar para a necessidade de que as duas partes envolvidas incrementem seus vínculos, tornando assim os esforços de qualificação profissional mais efetivos.

Finalmente, a Paer investigou o perfil do pessoal ocupado, por sexo, na indústria e na prestação de serviços do Estado de Santa Catarina.

De uma forma geral, pode-se dizer que o pessoal ocupado assalariado nas unidades locais pesquisadas é majoritariamente do sexo masculino, embora no setor de serviços a participação da mulher seja ligeiramente superior àquela que lhe cabe nas indústrias.

Quando se desagrega o pessoal ocupado assalariado, segundo trabalhadores ligados à atividade principal e os não ligados à atividade principal, para cada um dos dois setores econômicos examinados, constata-se a supremacia dos trabalhadores em detrimento das trabalhadoras, exceção feita ao pessoal não ligado à atividade principal do setor de serviços, em que a quantidade de mulheres é ligeiramente maior do que a de homens.

Dentre os vários segmentos estudados, os únicos que contam com a maioria de trabalhadoras em seus quadros são vestuário (indústria) e saúde (serviços).